

Dívida ext.

O que explica a pressa no acerto externo?

2 OUT 1986
 Informa-se que o ministro Dílson Funaro, quando da sua recente visita a Paris, teria tido nova conversa com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e que este se mostrou disposto a apoiar o Brasil na negociação de um acordo multianual favorável com os bancos credores.

O presidente José Sarney, conforme vimos há dias, continua convencido de que um acerto com os credores externos, vantajoso para o Brasil, é perfeitamente viável, apesar das dificuldades que têm sido apontadas e apesar de o "teste" junto ao Clube de Paris, por exemplo, não ter sido promissor.

A cúpula administrativa do governo, formada pelos ministros Funaro, Sayad e pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, fala, age e se comporta aparentemente como se já estivesse contabilizando uma renegociação da dívida favorável para as finanças brasileiras, e a possibilidade (ou desejo) de o governo brasileiro limitar o serviço da dívida a um montante não superior a 2,5% do nosso PIB, ao ano, é proclamada praticamente como favas contadas.

O acordo do México é citado como exemplo. Se o México, que está em situação financeira perigosa, conseguiu boas condições, por que não conseguíramos também?

A indagação parece lógica e a resposta unívoca. Mas não é bem assim. O pensamento de um grande número de credores é que cada governo devedor precisa fazer o máximo esforço possível para cumprir os seus compromissos financeiros internacionais. Assim, o acordo com o México é visto por eles como o melhor possível na adversidade que o México enfrenta. O Brasil, ao contrário, é visto como um país que não está fazendo tudo o que poderia fazer, na situação relativamente melhor em que se encontra, para cumprir seus compromissos. Essa filosofia transparece, por exemplo, numa recente avaliação global do problema da dívida externa feita pelo Banco Morgan, na qual é nitidamente descrito o que os banqueiros entendem por "negociação caso a caso": é reconhecer as eventuais impossibilidades de cumprir compromissos surgidas por motivo de força maior, e atender a elas.

O que o governo brasileiro vem pleiteando é algo mais: é obter, na prática, um afrouxamento da redea. Mesmo estando cumprindo estritamente seus compromissos, sem dificuldades aparentes, pleiteia, na prática, uma redução das transferências aos credores para poder usar aqui dentro as "sobras" resultantes. Na prática o que o governo brasileiro diz é: podemos crescer mais, se pagarmos menos a vocês. E o que os banqueiros respondem é: vocês já estão crescendo bastante e pagando direitinho a dívida — por que então a "colher de chá"?

O que eles talvez não percebam com nitidez, e as autoridades brasileiras não vão dizer com todas as letras, mas que explica o evidente frenesi com que o ministro Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, se lançaram nas últimas semanas à obtenção de um acordo favorável com os credores, é que conseguimos um importante afluxo de recursos externos a prazo curto, ou o Plano Cruzado terá de sofrer, também a curto prazo, considerável contenção exatamente naqueles aspectos "festivos" que tanto o popularizaram: o consumismo exacerbado e o congelamento de preços. O que, no fundo, é uma coisa só, uma vez que aquele decorre deste. É aquilo que dizia o ex-ministro Simonsen e que comentávamos aqui ainda ontem: o crescimento só é possível com poupança — que se obtém ou com redução do consumo interno, ou no Exterior.

A pressa angustiada das nossas autoridades para "fechar" um acordo com os credores se explica, pois, pela necessidade de manter o crescimento sem sacrificar, ou sacrificando ao mínimo o consumo interno. Na prática estamos buscando, mais uma vez, lá fora, o financiamento do nosso crescimento.

Não é, nem nunca foi, uma má estratégia. Ao contrário, é muito boa. Só que ela seria enormemente facilitada se nos tornássemos mais coerentes em relação ao objetivo que desejamos alcançar. Não cremos, por exemplo, que nenhum comerciante que considere proveitoso para seus negócios um empréstimo da agência bancária mais próxima entre nela de maneira arrogante, gritando para o gerente que exige um empréstimo incondicional e que, se não conseguir, ele, o gerente, é quem sairá perdendo, e ainda por cima exibindo um balanço deficitário da sua loja.

Se temos um negócio mutuamente proveitoso a propor aos nossos credores, por que não o propusemos com clareza até agora, e por que achamos necessário insinuar a toda hora que estamos dispostos a "virar a mesa"?

O que explica essa atitude irracional e imatura, podem crer, não é nenhuma estratégia bem-formulada — é simplesmente o desejo latino-americano de proclamar nosso "machismo" externa e internamente. Conforme observa nosso embaixador em Washington, Sérgio Correia da Costa, em importante e útil entrevista coletiva às vésperas da aposentadoria, é o "complexo de inferioridade" que continuamos cultivando, principalmente diante dos americanos, e que nos leva a tratar todos os assuntos com eles — não apenas a informática — em termos de soberania nacional ameaçada.

O presidente Sarney e o ministro Funaro transformaram a questão da dívida externa em questão de política interna. E em determinado momento chegaram a ressuscitar o mais anacrônico nacionalismo. Continuam, aliás, por meio de terceiros, principalmente de jornalistas que vão à cata de notícias sobre o assunto, a acenar com eventual "endurecimento", decisões "unilaterais" e "viradas de mesa". Enquanto essa retórica toda rolava o tempo também rolava.

Chegamos assim a um cenário no qual o acerto com os credores se torna não só imperativo como urgente. Imperativo para que o Plano Cruzado não tenha de mostrar sua face mais desagradável, que seria uma política drástica de contenção da demanda. E urgente porque a bonança que beneficiou nosso balanço de pagamentos praticamente desde o final do governo Figueiredo já está mostrando sinais de virada de tempo. Na prática, já deixamos passar o momento mais folgado para fazermos um acerto de contas e estamos começando a ficar ameaçados de entrar na negociação com menos trunfos do que já tivemos. Daí a correria e o frenesi dos últimos dias.

Ao dizer, dias atrás, que "a negociação da dívida externa não tem prazos", o presidente Sarney falava com uma visão estática e ultrapassada: os prazos estão-se tornando claros, e, ao que tudo indica, de maneira mais rápida do que seus estrategistas previam. Mas, sem uma retórica madura, sem que o governo evidencie disposição de arrumar as suas próprias finanças e sem uma clara definição de aonde queremos chegar com esse congelamento de preços desarrazoados e destruidor, ninguém, evidentemente, vai abrir a bolsa de maneira voluntária. Sempre poderemos suspender pagamentos, é claro, por decisão unilateral. Mas até para isso deveríamos estar-nos preparando de modo mais racional.